

EDITAL N.º 01/2015

Teste seletivo para ingresso ao quadro de Estagiários Remunerados (Graduação) do Ministério Público do Estado do Paraná.

Os Promotores de Justiça de Arapongas, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Protocolo n.º 12075/2015 resolvem:

TORNAR PÚBLICO

O presente edital, que estabelece as instruções destinadas à seleção e contratação de estagiários para atuarem junto à Promotoria de Justiça de Arapongas/PR.

1 – DOS REQUISITOS

Poderão se inscrever os acadêmicos do curso de Direito que comprovem à data da contratação matrícula a partir do 3º ano ou 5º semestre.

2 - DAS VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

Os candidatos selecionados ocuparão **as vagas** (vagas n.º 765; nº 1153; nº 5226) existente junto às Promotorias de Justiça de Arapongas/PR. Os demais aprovados formarão cadastro de reserva para eventuais vagas que venham a surgir.

3 – DAS INSCRIÇÕES

Serão realizadas no período compreendido entre **04 de agosto de 2015 a 21 de agosto de 2015**, na Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Arapongas, sito à Rua Íbis, 888, Fórum, Arapongas — PR (Fones: 3252-2253 ou 3275-3086), no período das 08h30m às 11h00m e das 13h00m às 18h00m.

4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- O candidato deverá anexar no momento da inscrição os seguintes documentos:
- a) Fotocópias da cédula de identidade e do CPF;
- b) Ficha de inscrição preenchida com os dados do candidato para o teste, fornecida pelo órgão ministerial.



MINISTÉRIO PÚBLICO

5 - DO TESTE SELETIVO

- I) O concurso compreenderá duas fases:
 - a) Prova Escrita de Conhecimentos Específicos, composta por questões objetivas e/ou dissertativas, relativas ao conteúdo programático descrito no item 6 deste edital, que será de caráter eliminatório e classificatório, com valor de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, e;
 - b) Entrevista, para todos os candidatos que obtiverem média 5,0 na prova escrita, de caráter classificatório, com valor de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
- II) A Prova Escrita será aplicada no dia 28 de agosto de 2015, no Fórum, localizado na Rua Íbis, 888 nesta cidade e comarca, das 09h00m às 12h00m (OBS: EVENTUAIS ALTERAÇÕES NA DATA E LOCAL DA PROVA SERÃO COMUNICADAS VIA EDITAL, NO MESMO ENDEREÇO ELETRÔNICO). O candidato deverá comparecer portando documento original de identidade com foto, sendo que o não comparecimento no horário especificado implicará sua desclassificação do teste seletivo.
- III) A prova escrita terá duração de 03 (três) horas e não será admitida qualquer espécie de consulta.
- IV) O resultado para prova escrita e designação das entrevistas será divulgado em Edital afixado na Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Arapongas e no site http://www.ceaf.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=126 a partir do dia 04 de setembro de 2015.
- VI) As entrevistas serão designadas entre os dias <u>11 e 14 de setembro 2015</u>, conforme o número de candidatos aprovados na prova escrita.

6 – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Serão cobradas questões referentes às seguintes matérias:

- Direito Civil
- Direito Processual Civil
- Direito Constitucional
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Legislação Penal Extravagante
- Estatuto da Criança e do Adolescente

7 - DO RESULTADO FINAL

I) O resultado final será obtido pela média aritmética das notas obtidas na prova escrita e na entrevista, sendo levado em consideração, em caso de empate, a seguinte ordem de critérios para o desempate:

a) o candidato que obtiver a maior nota na prova escrita;



MINISTÉRIO PÚBLICO

- b) o candidato mais velho.
- II) O resultado final será publicado em Edital afixado na Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Arapongas e no site < http://www.ceaf.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=126>, a partir do dia 16 de setembro de 2015.
- III) Serão classificados todos os candidatos que atingirem a nota final mínima de 5,00 (cinco) pontos, desde que preencham os requisitos constantes deste Edital e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução n. 1.952/2009, da PGJ.

8 - DA CONTRATAÇÃO

A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação do teste seletivo, porém dependerá da conveniência ao Ministério Público do Estado do Paraná.

- I) Os candidatos convocados deverão apresentar certidão de matrícula em um dos três últimos anos ou semestres equivalentes do curso de bacharelado em Direito, reconhecidas ou autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação.
- 9 Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional Divisão de Estágios.

Arapongas, 03 de agosto de 2015.

MARCOS VINICIUS PESENTI Promotor de Justiça